



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

Excelentíssimo Senhor  
Secretário de Estado dos Assuntos  
Parlamentares

Of. n.º 18ª – CECJD/2019

18-11-2019

**Assunto: Petição n.º 640/XIII/4.ª – Reitera pedido de informação**

Encontra-se em apreciação na Comissão Parlamentar de Educação, Ciência, Juventude e Desporto a Petição n.º 640/XIII/4.ª da iniciativa de Ana Maria Marques Galvão Abreu (representante dos Encarregados de Educação) – “Solicitam a abertura de turmas financiadas com contrato de associação na Escola Evaristo Nogueira”.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 3 do artigo 17.º, conjugado com o artigo 20.º da Lei do Exercício do Direito de Petição, conforme texto republicado em anexo à Lei n.º 51/2017, de 13 de julho, venho **solicitar a Vossa Excelência que reitere junto do gabinete do Senhor Ministro da Educação** para que se pronuncie sobre o respetivo conteúdo.

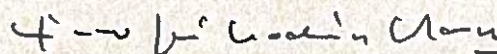
Em cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 20.º da citada Lei, transcrevem-se as normas do n.º 4 desse artigo e do n.º 1 do artigo 23.º, respetivamente:

“O cumprimento do solicitado pela comissão parlamentar, nos termos do presente artigo, tem prioridade sobre quaisquer outros serviços da Administração Pública, devendo ser efetuado no prazo máximo de 20 dias”.

“A falta de comparência injustificada, a recusa de depoimento ou o não cumprimento das diligências previstas no n.º 1 do artigo 20.º 1 constituem crime de desobediência, sem prejuízo do procedimento disciplinar que no caso couber”.

Com a expressão dos meus melhores cumprimentos,

**O Presidente da Comissão,**

  
(Firmino Marques)

---

<sup>2</sup> N.º 1 do artigo 20.º: “A comissão parlamentar, durante o exame e instrução, pode ouvir os peticionários, solicitar depoimentos de quaisquer cidadãos e requerer e obter informações e documentos de outros órgãos de soberania ou de quaisquer entidades públicas ou privadas, sem prejuízo do disposto na lei sobre segredo de Estado, segredo de justiça ou sigilo profissional, podendo solicitar à Administração Pública as diligências que se mostrem necessárias”.